



INFLUÊNCIAS E IMPLICAÇÕES DAS MATRIZES AFRICANAS NA CULTURA BRASILEIRA E A QUESTÃO DA INTOLERÂNCIA RELIGIOSA

José Geraldo da Rocha¹

Rosane Cristina de Oliveira²

Marcos Vinícius Pinto Alves³

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre as religiões de matrizes africanas, apontando sua importância na constituição da cultura nacional, relacionando com a trajetória das religiões no Brasil e o atual cenário de intolerância religiosa. Pretendeu-se analisar historicamente as religiões africanas, indicar o estabelecimento de algumas religiões no país, levantar informações acerca do cenário da intolerância religiosa e apontar a relevância cultural das matrizes africanas na sociedade brasileira. Metodologicamente, este trabalho alicerçou-se: a) na pesquisa exploratória, a partir da análise da bibliografia sobre cultura brasileira, identidade nacional, religiosidade no Brasil e religiões de matrizes africanas; b) na análise de dados estatísticos e demais informações, quantitativas e qualitativas, sobre os índices de intolerância religiosa, divulgados em revistas e jornais de grande circulação.

Palavras-chave: Matrizes Africanas; Religiões; Intolerância Religiosa; Cultura Brasileira.

INFLUENCES AND IMPLICATIONS OF AFRICAN MATRICES IN BRAZILIAN CULTURE AND THE ISSUE OF RELIGIOUS INTOLERANCE

Abstract: The present work aims to reflect on the religions of African matrices, pointing out their importance in the constitution of the national culture, relating to the trajectory of religions in Brazil and the current scenario of religious intolerance. The intention was to analyze historically the African religions, indicate the establishment of some religions in the country, and raise information about the scenario of religious intolerance and to point out the cultural relevance of African matrices in Brazilian society. Methodologically, this work was based on: a) exploratory research, based on the analysis of the bibliography on Brazilian culture, national identity, religiosity in Brazil and religions of African matrices; b) analysis of statistical data and other quantitative and qualitative information on the indices of religious intolerance, published in magazines and newspapers of great circulation.

Keywords: African Matrices; Religions; Religious Intolerance; Brazilian Culture.

¹ Doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. *E-mail:* rochageraldo@hotmail.com

² Professora adjunta do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes da Universidade do Grande Rio. *E-mail:* rosanecr@unigranrio.edu.br

³ Coordenador da Agência-Escola Marco Zero e professor do Curso de Comunicação Social - nas habilitações de Jornalismo e Publicidade e Propaganda - e da Pós-graduação da UNIGRANRIO. *E-mail:* marcos.alves@unigranrio.edu.br

INFLUENCIAS E IMPLICACIONES DE LAS MATRICES AFRICANAS EN LA CULTURA BRASILEÑA Y LA CUESTIÓN DE LA INTOLERANCIA RELIGIOSA

Resumen: El presente trabajo tiene como objetivo reflexionar sobre las religiones de matrices africanas, apuntando su importancia en la constitución de la cultura nacional, relacionando con la trayectoria de las religiones en Brasil y el actual escenario de intolerancia religiosa. Se pretendió analizar históricamente las religiones africanas, indicar el establecimiento de algunas religiones en el país, y levantar informaciones sobre el escenario de la intolerancia religiosa, y señalar la relevancia cultural de las matrices africanas en la sociedad brasileña. Metodológicamente, este trabajo se fundó: a) en investigación exploratoria, a partir del análisis de la bibliografía sobre cultura brasileña, identidad nacional, religiosidad en Brasil y religiones de matrices africanas; b) análisis de datos estadísticos y demás informaciones cuantitativas y cualitativas sobre los índices de intolerancia religiosa, divulgados en revistas y periódicos de gran circulación.

Palabras-clave: Matrices Africanas; Religiones; Intolerancia Religiosa; Cultura Brasileña.

INFLUENCES ET IMPLICATIONS DES MATRICES AFRICAINES DANS LA CULTURE BRÉSILIENNE ET LA QUESTION DE L'INTOLÉRANCE RELIGIEUSE

Resumé: Le présent travail vise à réfléchir sur les religions des matrices africaines, en soulignant leur importance dans la constitution de la culture nationale, en relation avec la trajectoire des religions au Brésil et le scénario actuel d'intolérance religieuse. L'intention était d'analyser historiquement les religions africaines, indiquer la création de certaines religions dans le pays, et recueillir des informations sur le scénario de l'intolérance religieuse et souligner la pertinence culturelle des matrices africaines dans la société brésilienne. Méthodologiquement, ce travail était basé sur: a) une recherche exploratoire, basée sur l'analyse de la bibliographie sur la culture brésilienne, l'identité nationale, la religiosité au Brésil et les religions des matrices africaines; b) l'analyse de données statistiques et d'autres informations quantitatives et qualitatives sur les indices d'intolérance religieuse, publiées dans des magazines et des journaux à grand tirage.

Mots-clés: Matrices Africaines; Religions; Intolérance religieuse; Culture Brésilienne.

INTRODUÇÃO

Na atualidade, a problemática da violência sofrida pelas religiões de matrizes africanas é evidente, tanto através das notícias de ataques aos espaços sagrados para os praticantes destas religiões (Umbanda e Candomblé), como na observação das denúncias aos órgãos policiais. A cada quinze horas, no Brasil, é feita alguma denúncia acerca da intolerância religiosa: os estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro são os líderes em denúncias, e esse número reflete apenas os ataques notificados. Sabe-se que muitas vítimas não denunciam os agressores por medo. Agressões verbais, profanações de templos e imagens sacras, tentativas de homicídio, incêndios e outros atos ilegais fazem parte do cenário de intolerância religiosa que, segundo Resk,



Tomazela e Cotrim (2017)⁴, tem levado o Ministério Público a investigações profundas em, ao menos, oito estados brasileiros. Há que se considerar que mais de 41% das denúncias de intolerância religiosa são voltadas às religiões de matriz africana, incluindo-se as recordistas em denúncias, especialmente, a umbanda e o candomblé. As demais religiões de matriz africana ocupam o terceiro lugar, seguidos da religião católica, que é responsável por pouco mais de 10% das denúncias. O fato de que são mais frequentemente alvos de intolerância, faz com que se questione: Qual a importância das religiões de matrizes africanas na cultura brasileira?

Diante dos fatores apresentados, este trabalho objetiva averiguar o cenário atual das religiões de matrizes africanas, apontando sua importância na constituição da cultura nacional, relacionando com a trajetória das religiões no Brasil e o atual cenário de intolerância, que tem se estendido e aumentado nos últimos anos. Pretendeu-se: analisar historicamente as religiões africanas; indicar o estabelecimento de algumas religiões no país; e levantar informações acerca do cenário da intolerância religiosa; para, finalmente, estabelecer relações entre as informações abarcadas, apontando-se a relevância cultural das matrizes africanas na sociedade brasileira.

Do ponto de vista metodológico, este trabalho alicerçou-se: a) em pesquisa exploratória, a partir da análise da bibliografia sobre cultura brasileira, identidade nacional, religiosidade no Brasil e religiões de matrizes africanas; b) análise de dados estatísticos e demais informações, quantitativas e qualitativas, sobre os índices de intolerância religiosa.

O artigo está dividido em três partes. Na primeira parte, apresentamos uma reflexão sobre as religiões de matrizes africanas e sua importância para a construção da identidade nacional. Na segunda parte, discutimos os aspectos da pluralidade da religiosidade brasileira, chamando a atenção para o crescimento de adeptos das religiões de matrizes africanas e espírita no Brasil (nas estatísticas geradas por censos religiosos). Na terceira parte, analisamos o crescimento de praticantes declarados das religiões de matrizes africanas e, por conseguinte, o crescimento de casos de intolerância religiosa.

⁴ Reportagem publicada no Jornal Estadão intitulada “Brasil registra uma denúncia de intolerância religiosa a cada 15 horas”, disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-registra-uma-denuncia-de-intolerancia-religiosa-a-cada-15-horas,70002081286>



AS RELIGIÕES DE MATRIZES AFRICANAS E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL

Construir em si mesmo a noção identidade nacional obriga o indivíduo a se pensar dentro desse conjunto tão variado de condições e elementos. Nesse contexto, a chamada “democracia racial” deveria promover a mudança do discurso de raça por um discurso de cultura, posto que, tal como afirma Ortiz (2006, p. 40), “as teorias raciológicas tornam-se obsoletas; era necessário superá-las, pois a realidade social impunha um outro tipo de interpretação do Brasil”. O negro, contudo, com sua cultura, e, portanto, sua implícita religião, se viu durante muito tempo camuflado, ou sufocado, já que no princípio do período de colonização os jesuítas deram muito mais valor ao índio, reconhecendo neles uma alma, que os negros supostamente não possuíam. Segundo Nascimento (2010, p. 924-925):

Como reflexo da marginalização e discriminação reservada ao negro em nossa sociedade, as manifestações de religiosidade afrobrasileiras, por serem religiões de transe, de culto aos espíritos e em alguns casos de sacrifício animal, têm sido associadas a estereótipos como o de “magia negra”, (por não apresentarem geralmente uma ética voltada para uma visão dualista do bem e do mal, conforme estabelecem as religiões cristãs tradicionais), superstições de gente ignorante, práticas diabólicas, etc.

Até o Romantismo no Brasil (século XIX), a imagem forjada da nacionalidade pregava o índio como herói e ocultava o negro, tentando construir essa imagem de um ser nacional que não incluía a cultura africana, mesmo que ela fosse marcadamente forte. Ainda assim, graças a uma tendência, identificada por Azevedo (1944), à dissolução de hierarquias sociais, espontaneamente, o sentimento religioso africano foi encontrando seu espaço a partir da aproximação com outras religiões. Em alguns momentos, especificamente até o século XVIII, foi considerado uma ameaça à cultura branca e à religiosidade cristã, porque parecia haver certa dissolução de costumes católicos na sociedade colonial. Mesmo que seja um processo árduo e a pluralidade religiosa tenha dificuldades em se estabelecer, ela acontece, e as matrizes africanas despontam, timidamente e cercadas de julgamentos e preconceitos entre as comunidades.

Todas as sociedades vivem e se perpetuam sob as ideologias produzidas pelos intelectuais, que criam a construção da identidade, muitas vezes ignorando, especialmente no caso do Brasil, o sincretismo que está por trás da coletividade. Não se



pode ignorar a religião por trás da cultura, ou em suas bases, posto que “no seu mais amplo significado, corrente nos domínios da antropologia cultural, as crenças e instituições religiosas fazem parte integrante da cultura espiritual de um povo” (Azevedo, 1944, p. 125). Muitos fatores determinam e condicionam a formação humana. Somos feitos de energia coletiva, de capacidades latentes e dispersas, como afirmou Azevedo (1944), e tudo corrobora para a constituição da cultura e a sua transmissão.

A memória brasileira é consolidada a partir da infiltração das bases católicas, mas a mistura, o contato com populações diferentes, com costumes alheios aos dos colonizadores, deu origem a um tipo de “solidariedade orgânica e moral”. Para Azevedo (1944, p. 89), esta mistura acabou por gerar um povo com uma sensibilidade e imaginação religiosa, cheia de força e intensidade, ainda segundo o autor, quem afirma que é impossível dissimulá-las.

A Constituição de 1824 garante a liberdade de culto e, a partir disso, os negros já não seriam tão perseguidos pelos seus ritos. Segundo Nascimento (2010), ao longo da primeira metade do século XIX, os *calundus* já estavam espalhados por muitos estados brasileiros. Eram reuniões nas quais se praticavam as danças coletivas com invocações aos espíritos, curas mágicas, adivinhações e outros fatores, sempre ao som de instrumentos de percussão. Em alguns estados, como Minas Gerais e Espírito Santo, o sincretismo com o kardecismo e o catolicismo eram mais evidentes e mais marcantes. Alguns *calundus* cultuavam ídolos de pedras, ministravam banhos de ervas, etc. Houve, na realidade, uma reelaboração da identidade social e religiosa, a partir das matrizes de origem africanas. A Abolição, em 1888, fortaleceu ainda mais esses encontros e impulsionou a consolidação do candomblé, devido à marginalização e segregação do negro diante da sociedade.

Somente após todo esse processo é que a umbanda veio a se consolidar. Ortiz (1976, p.119) afirma enfaticamente que a umbanda não é uma religião negra e que “nesse sentido se opõe ao candomblé que mantém viva a memória coletiva africana no seio dos cultos religiosos”. Para o autor, a umbanda se caracteriza pela síntese do pensamento religioso brasileiro, que mescla negros, brancos e índios, integrando um universo. Seria como o “embranquecimento da cultura negra” e, simultaneamente, o “empretecimento da ideologia kardecista” (Ortiz, 1976, p. 119).



A umbanda é uma religião nova, não existia antes da década de 1920 do século passado. Ela se constituiu a partir de uma orientação kardecista, incorporando elementos afro-brasileiros. O catolicismo, nesse contexto, estava incorporado tanto no kardecismo, quanto nas religiões de matrizes africanas. A incorporação social da umbanda está diretamente relacionada com essa ascensão, com a constituição urbana juntamente com o desenvolvimento industrial e econômico nacional, profundamente atrelada a movimentos intelectuais. Portanto, a distribuição de adeptos é maior em locais mais desenvolvidos economicamente.

A nova necessidade de se entender a cultura como processo material, moral e intelectual da sociedade fez com que o negro assumisse um espaço de preocupação enquanto participante da construção da cultura nacional. Cultura que, segundo Ortiz (2006), começa a ser assumida como patrimônio nacional, como projeto social, e passa-se, então, a aceitar a pluralidade nas mais diferentes manifestações folclóricas, mesmo que não compartilhem características. A identidade nacional começa a ser pensada como uma heterogenia, ao mesmo tempo fragmentada e plural, constituindo uma das bases para crescimento do sentimento de respeito à diversidade de grupos sociais, de memórias particulares desses grupos menores, que constituem um conjunto de expressões culturais. Neste sentido, a cultura nacional passou a ser vista como vivências múltiplas, como universal, como uma construção simbólica que dissolve a heterogeneidade de muitas culturas populares na homogeneização de uma ideologia.

ALÉM DAS MATRIZES AFRICANAS: A PLURALIDADE DA RELIGIOSIDADE BRASILEIRA

O projeto salvacionista da colonização foi baseado na catequização e na constituição de irmandades religiosas no Brasil, também como ferramenta de domesticação e civilidade, que buscava ensinar ao índio, e posteriormente ao negro, os fundamentos da verdadeira fé. Os grupos atrelados nessa empreitada de evangelização dos nativos brasileiros e dos escravos e colonos, ao estilo quinhentista, traziam a crença nas divindades pagãs. Isso aportou a plasticidade que o próprio catolicismo alcançou em solo brasileiro, dando origem a outras religiões.

Entretanto, em momentos posteriores, de maior rigidez, a Igreja Católica, por meio da Inquisição, perseguia os infiéis, mesmo que, de certa forma, também pudesse



transigir de algumas práticas populares, especialmente as mais concentradas em populações mais carentes. Essa mistura das religiões e crenças pagãs, que vieram com os colonizadores, associadas ao catolicismo, ainda se misturaram com as crenças indígenas e africanas, consistindo na diversidade do que viria a ser a religiosidade sincrética do Brasil, apontando um pluralismo explícito (Andrade, 2009). Assim,

O pluralismo religioso ainda que tenha conhecido tensões favoreceu novos ciclos de troca com assimilação de novas crenças e ritos, ampliando o processo de sincretização. Contudo, as religiões de tradição protestante se mostraram muito menos propensas a aceitar o trânsito religioso dos seus adeptos, exigindo deles uma fidelidade estrita. A romanização no âmbito do catolicismo buscando maior fidelidade a Roma, endureceu sua atitude frente aos desvios do catolicismo popular. Esta cultura religiosa se expandiu pouco a pouco para as outras vertentes religiosas, de modo que hoje as instituições religiosas em conjunto, mesmo a católica, se mostram muito menos suscetíveis a transigir ou aceitar estes fluxos e trocas, exigindo maior fidelidade ao sistema de crenças professado (Andrade, 2019, p. 109).

De acordo com Souza (2013, p. 286), “O catolicismo brasileiro é plural e diverso, amplo, sincrético, heterogêneo, plástico. As suas várias vertentes podem ser tidas como um verdadeiro mosaico de experiências e vivências de espiritualidade”. Essa base católica multifacetada deu espaço também à entrada de outras religiões, que não as nacionais tipicamente, como o budismo, o islamismo, os espíritas messiânicos, os judeus, e, entre tantas ainda, o protestantismo, formando-se um mosaico de crenças que sobrevive até a atualidade. Se, por um lado, tem-se 90% das religiões estabelecidas no país sendo cristãs, por outro, reconhecidamente, o Brasil se permite essa variedade. Tal qual o catolicismo, o protestantismo assume a mesma abertura. O protestantismo veio para o Brasil com imigrantes e grupos de missionários, também sofrendo reconfigurações a partir do luteranismo e do anglicanismo, descaracterizando-se progressivamente (Souza, 2013).

O budismo, por sua vez, conforme aponta Souza (2013, p. 487) “chegou ao Brasil no final da década de 1950, e seu crescimento tem sido baseado no processo lento de pequenos grupos, de maneira que os resultados de sua inserção no Brasil só poderão ser percebidos em longo prazo”. Muçulmanos e judeus, maçons e budistas, entre outros, esforçam-se para se adaptar à cultura multivariada brasileira. Entretanto, o segmento neopetencostal dos protestantes tem construído, desde sua instauração, cruzadas



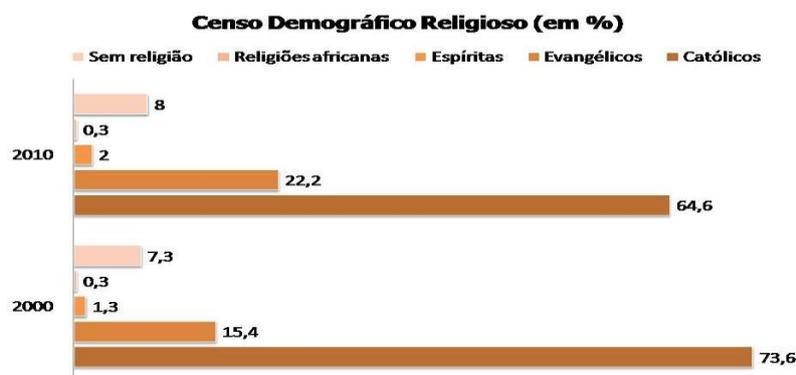
ideológicas contra as religiões de matrizes africanas, o que não significa que aceite as demais manifestações religiosas (Souza, 2013).

Um fator cultural que tem sido evidenciado desde a última década do século XX é um movimento migratório entre as religiões. Estima-se que cerca de 50% da população brasileira já tenha vivido mais de uma religião. Além disso, nasceu a classe dos evangélicos não praticantes, assim como já acontecia entre os católicos. Da população que se declara sem religião, mais de 30% visita alguma instituição religiosa ao menos uma vez ao ano, e cerca de 20%, uma vez ao mês. Declarar que não tem religião é simplesmente assumir o sincretismo religioso nacional. Esse movimento migratório se dá entre todas as religiões estabelecidas no país. Evangélicos tornam-se umbandistas, católicos tornam-se espíritas, umbandistas tornam-se islamistas. O sentido do trânsito não é relevante, simplesmente acontece. Faz parte da cultura brasileira experimentar o sentimento religioso de maneiras variadas (Cardoso, 2016). Segundo Azevedo (1943, p. 108),

A religião desenvolve-se livremente, dobrando-se aqui, como por tôda parte, às necessidades próprias dessa sociedade nova, de senhores de engenho, sertanejos e pioneiros e, portanto, ao gênero de vida que a exploração de um imenso território impõe aos descendentes dos primeiros imigrantes e dos imigrantes novos.

Os dados do IBGE indicam que as religiões de matrizes africanas não cresceram de 2000 a 2010. Elas mantiveram um percentual de 0,3% da população brasileira. Os que se declaram sem religião passaram de 7,3 para 8%; o espiritismo passou de 1,3 para 2%; e os evangélicos passaram de 15,4 para 22,2% da população brasileira.

Gráfico 1.



Fonte: Autor – A partir dos dados fornecidos pelo IBGE
<https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo/view=noticia&id=38¬icia=2170&busca=1&t=censo-2010-numero-catolicos-cai-aumenta-evangelicos-espíritas-sem-religiao>



O predomínio da religião católica ainda é fortemente marcado na sociedade brasileira. Entretanto, o mais relevante é a observação do crescimento dos evangélicos nas últimas décadas em detrimento de outras religiões. O aumento dos espíritas e dos que se declaram sem religião é ínfimo se comparado com os evangélicos, enquanto as religiões de matrizes africanas não apresentaram crescimento significativo. Esse entrave também pode estar relacionado com o fluxo migratório citado, ou, ainda, com os receios que a população tem acerca do estigma das religiões de matrizes africanas.

Gaarder, Hellern e Notaker (2001, p. 9) questionam “O que é religião? É o batismo numa igreja cristã. É a adoração num templo budista. São os judeus com o rolo da Torá diante do Muro das Lamentações em Jerusalém. São os peregrinos reunindo-se diante da Caaba em Meca”. A partir dessa pergunta original, os autores declaram que é importante indagar o que as religiões têm em comum, o sentimento compartilhado por fiéis de diferentes religiões, o porquê de suas atitudes, quais os significados para esses fiéis e como sua fé afeta a sociedade. É incontestável que a religião desempenha um papel específico na vida social, assim como também exerce influência na política e nas relações econômicas na maior parte do mundo. Da mesma forma que há grupos religiosos que disseminam o bem social, há aqueles que praticam atos terroristas. As ações não estão ligadas à religião, mas à concepção que um determinado grupo de indivíduos faz da religião.

DA DIFICULDADE EM LIDAR COM AS DIFERENÇAS: A QUESTÃO DA INTOLERÂNCIA RELIGIOSA NO BRASIL

Os últimos dados apontados pelo Ministério de Direitos Humanos do Brasil declaram que a cada quinze horas é efetuada uma denúncia de intolerância religiosa no país. Templos são depredados, inúmeros relatos de destruição de imagens sacras, relatos de iniciativas contra a fé de outras pessoas, de agressões físicas, verbais e morais. Enquanto que no ano de 2011 houve apenas quinze denúncias, em 2016 foram 759. A umbanda é a religião cujo maior número de vítimas tem denunciado as agressões (Resk; Tomazela; Cotrim, 2017). O discurso de ódio em relação às religiões de matrizes africanas na última década contradiz a afirmação de Azevedo (1943, p. 109):

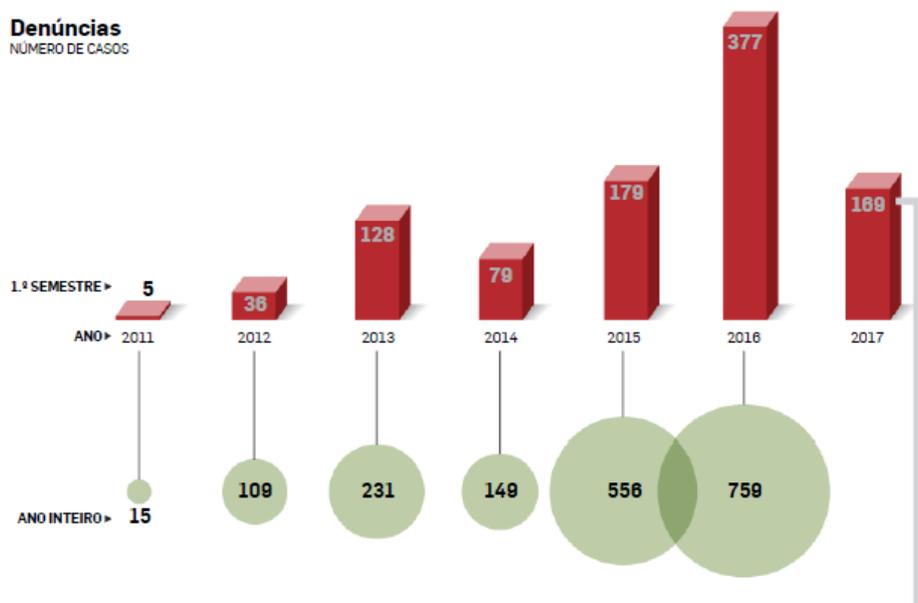
De todos os traços distintivos do brasileiro, talvez um dos mais gerais e constantes, que constitui a sua fôrça e a sua fraqueza a um tempo, o mais



atraente e comunicativo, e que mais o destaca, nos primeiros contatos, e mais se acentua, no convívio, é, pois, a sua bondade que parece brotar da alma do povo, do seu temperamento natural. A sensibilidade ao sofrimento alheio, a facilidade em esquecer e em perdoar as ofensas recebidas, um certo pudor em manifestar os seus egoísmos, a ausência de qualquer orgulho de raça, a repugnância pelas soluções radicais, a tolerância, a hospitalidade, a largueza e a generosidade no acolhimento, são outras tantas manifestações desse elemento afetivo, tão fortemente marcado no caráter nacional.

Outro dado significativo é que 82% dos suspeitos nas investigações são maiores de 31 anos de idade, e apenas 2,8% são menores de 17 anos. Além disso, 37,3% dos suspeitos investigados são mulheres, e 35,5% homens, enquanto os restantes 27,2% dos casos não têm informação acerca do gênero do agressor. O disque denúncia recebeu, em 2017, 1.486 ligações apontando queixas de discriminação e, ademais, contramedidas tomadas por órgãos públicos que violam a liberdade religiosa instaurada no país desde a Constituição de 1988. A diferença entre o número de ligações recebidas para o número de denúncias efetivadas mostra que acontece, ao menos, 100% a mais de crimes contra a liberdade religiosa do que são denunciados (Resk; Tomazela; Cotrim, 2017). Pode-se observar a grande variação do número de denúncias realizadas nos últimos anos:

Gráfico 2.



Fonte: Resk, Tomazela, Cotrim (2017, online)

Essa variação da proporcionalidade de denúncias pode estar atrelada às campanhas com a divulgação do problema. Exemplo disso é que o ano de 2016, com maior número de demandas, foi palco da campanha *Filhos do Brasil*. Em 2016, um templo de candomblé com 10 anos de existência foi incendiado em São Paulo, destruindo 80% da casa, instrumentos musicais e equipamentos. Na grande São Paulo, um vizinho esfaqueou quatro pessoas em um terreiro. No Paraná, “um babalorixá que se negou a retirar uma oferenda de uma esquina e cerca de 30 pessoas, com paus e pedras, quebraram seu carro e agrediram filhos de santo” (Resk; Tomazela; Cotrim, 2017, *online*).

Desde o começo de 2017, os ataques têm evoluído no agravamento, partindo para agressões físicas e torturas, o que provocou a interferência da Corte Interamericana de Direitos Humanos a protocolar uma petição contra o Brasil. No caso de condenação do país, a União será obrigada a indenizar as vítimas. Isso, contudo, não levaria à resolução do problema, mas sim a tomada de medidas por parte do governo, elaborando políticas públicas educativas. Na petição da Corte, fica declarado que a “história da humanidade é repleta de tragédias decorrentes do fanatismo religioso” (Resk; Tomazela; Cotrim, 2017, *online*).

Em 24 de outubro de 2017, em São Joaquim de Bicas, Minas Gerais, um pastor da Igreja Universal e policial reformado, com mais quatro homens armados, entraram em uma casa espírita, ameaçaram mãe de santo, grávida de sete meses na ocasião, e disseram que construiriam ‘uma igreja para Deus’. A polícia apenas interferiu mandando que a vítima fosse para o hospital, enquanto os agressores continuavam a destruir o espaço e os altares. A coordenadora do Centro Nacional de Africanidade e Resistência Afro-Brasileira, quem levou o caso citado à justiça, declarou que

As pessoas não escondem mais a cara para dizer que nos odeiam. Somos signatários dos maiores tratados de direitos [humanos] e temos uma legislação extremamente avançada, mas ela não é cumprida. O Estado não se faz presente no acolhimento destas denúncias e muito menos através de medidas para coibir essa prática (Jornal do Brasil, 2017, *online*).

Em maio de 2017, uma candomblecista do Rio de Janeiro foi expulsa do seu espaço e ameaçada de morte por um traficante, caso retornasse para adorar o diabo. A partir da orientação, por um pastor neopetencostal, que sentia a presença do demônio nas redondezas, atos de violência e impedimento da liberdade religiosa foram



perpetrados (Jornal do Brasil, 2017). No Rio de Janeiro, umbandistas foram apedrejados por membros da Igreja Universal do Reino de Deus. Uma adepta espírita foi mantida em cárcere privado para que renunciasse a fé e se convertesse ao evangelismo. Em Salvador, trinta membros da Igreja Internacional da Graça de Deus invadiram um terreiro e jogaram sal grosso e enxofre nas pessoas que se reuniram para a cerimônia religiosa.

Segundo Berth (2017), acontecem ataques a diferentes religiões, mas são constatados por relatos, nem sempre oficializados, que 70% são dirigidos a religiões de matrizes africanas. Isso acontece porque “a ignorância e desconhecimento dos cultos africanos, são também um facilitador das agressões, bem como a cumplicidade entre o poder público e a sociedade, que rejeita tudo que é negro, tudo que remete a ancestralidade africana inegável na formação do Brasil” (2017, *online*). Ainda segundo a autora,

A intenção é sempre de reprimir e eliminar os cultos em um primeiro momento. Mas quando olhamos mais intimamente, constatamos algo que pouco se falou no âmbito público, embora grandes sacerdotes dessas religiões sabem que é verdade: o racismo velado e anulação da expressão cultural e religiosa que remete a ancestralidade africana presente na formação do país (Berth, 2017, *online*).

No Rio de Janeiro, durante o espaço de dois meses, sete terreiros foram destruídos em Nova Iguaçu e denunciaram. Dezoito, em um período de um único mês, foram atacados. Em um desses ataques, uma mãe de santo, tendo apontada a arma para si, foi obrigada por traficantes a queimar as imagens sacras, ouvindo-os dizer para queimar porque o sangue de Jesus tem poder. Segundo o quinto artigo da Constituição, todo brasileiro tem o direito do exercício livre aos cultos religiosos, além de proteção aos locais de cultos e liturgias. O Código Penal, no Art. 208, considera crime religioso a perturbação, o desrespeito a objetos religiosos, zombaria e impedimento de culto, com pena prevista de um mês a um ano de detenção, além de multa. Em caso de prática de violência, tem-se aumentada a pena em um terço. Ademais, a Lei n.º 9.459, de 1997, também classifica como crime a discriminação religiosa e o preconceito (Rocha, 2017).

De acordo com Arias (2017), “Existem símbolos e arquétipos como os da vida e da morte, da mãe terra ou do sagrado, que, se não forem respeitados, deslizaremos para uma nova barbárie tão perigosa, se cabe a expressão, quanto a política ou a social”. Essa iconoclastia, que cresceu 4.960% num período de cinco anos, representa uma nova etapa da sociedade brasileira, que aproxima as pessoas da verdadeira barbárie, por meio



de uma corrente de ódio, que luta contra o sagrado. Parece haver sido apagada da memória nacional a conjunção de povos com suas crenças, que geraram o povo brasileiro. As religiões de matrizes africanas lutaram arduamente para se estabelecer na sociedade, e, mesmo que sem pretensões de expansão, elas têm um lugar de direito, que, sendo atestado pela legislação, deveria fazer-se válido entre todos aqueles que se julgam conhecedores de uma verdade absoluta, a ponto de cometer crimes e agir contra as medidas públicas para satisfação de sua fé radical.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho foi possível uma breve análise histórica das religiões africanas. As raízes dessas religiões mesclam-se com o sofrimento e a condição do negro em um Brasil colônia escravocrata. Entendido como inferior e não possuidor sequer de uma alma, os negros não tinham direito à manifestação de suas crenças. Mesmos diante das imposições iniciais, persistiram e começaram a assumir elementos do catolicismo para que pudessem, de alguma maneira, manifestar sua forma de culto às suas divindades, transpondo, e, ao mesmo tempo, assimilando e transbordando sua fé. Após a abolição, as reuniões se tornaram mais assíduas e alguns grupos, a fim de acomodar-se na sociedade, acabaram gerando ainda novas religiões, como a umbanda, que incorpora o kardecismo e o catolicismo. Os *calundus* já tinham se estabelecido como manifestação de fé africana, seus ritos, suas liturgias, eram o germe do que viriam a ser as religiões de matrizes africanas.

Além disso, foi possível indicar o estabelecimento de algumas religiões no país, a chegada do catolicismo com a própria colonização, já imbuído de algumas particularidades, posto que alguns catequizadores traziam crenças em divindades romanas, ou outras da Antiguidade. Esse catolicismo, com sementes sincréticas, também se adaptou às religiões indígenas e africanas. Os protestantes chegaram com os imigrantes e, igualmente, a partir do contato com a natureza brasileira, se ramificou para além do anglicanismo e luteranismo. Atualmente, os protestantes apresentam várias subdivisões, se é que é possível classificar dessa forma.

Outras religiões como, por exemplo, o budismo e o islamismo, chegaram a seguir e, todas elas juntas, tornaram a sociedade brasileira a grande mistura de religiões que se vê na atualidade. Os católicos e evangélicos somam 90% da população, embora



muitos não se declaram praticantes da sua fé. É importante ressaltar o caráter nacional da migração religiosa. O sincretismo no Brasil chega ao ponto de que metade da população brasileira já tenha experimentado mais de uma religião. As formas de culto no país são muito diversificadas; contudo, as religiões de matrizes africanas não apresentam crescimento significativo quanto à quantidade de adeptos.

Foi, ainda, possível apontar informações acerca da violência e do preconceito religioso no Brasil, que, nos últimos anos tem crescido catastroficamente e demonstrando uma natureza que não se assemelha à natureza brasileira sincrética dos anos anteriores. A onda de intolerância assumiu tais proporções a ponto de acontecer intervenção internacional dos Direitos Humanos. O direito à liberdade de credo é garantido por lei no Brasil, e, entretanto, a punição mostra-se ineficiente, o que, por sua parte, torna as situações pelas quais os sujeitos têm passado um problema muito maior que simplesmente o preconceito religioso. Entidades governamentais, como a polícia e os órgãos judiciais, que deveriam proteger os direitos constitucionais do cidadão, acabam se omitindo, posto que, na realidade, prevalece na mentalidade nacional o estigma da inferioridade das matrizes africanas, desconsiderando a relação intrínseca dessa cultura na própria formação da cultura brasileira.

Religião e cultura são indissociáveis, e, na medida em que se nega as religiões de matrizes africanas, negam-se os negros como parte constituinte da cultura brasileira. Considerar que as religiões de matrizes africanas representam pactos com o diabo, inferiorizar as crenças, ridicularizá-las, escarnecer dos fiéis, depredar os locais de culto religioso, as imagens sacras e tantas outras atitudes que têm sido tomadas contra as diversas religiões, sobretudo as africanas, reitera-se, é crime, é um ato contra a Constituição, e, mais que isso, contra os Direitos Humanos. O distanciamento dos órgãos públicos diante desses problemas tem suscitado debates até mesmo nos órgãos internacionais de Direitos Humanos, o que pode acarretar despesas desnecessárias para a União. Entretanto, alguns transtornos poderiam ser evitados, se fossem tomadas medidas educacionais e mais programas de divulgação do direito à liberdade religiosa, conforme afirmam os autores Ana Carolina Costa dos Anjos e Thiago Francysco Rodrigues Cassiano: ...“Percebe-se que tudo o que evolue a África e sua cultura ou é ‘estereotipado ‘ou ‘demonizado’.” (Anjos; Cassiano, 2018: 307).

O Brasil é um país cujo governo se declara laico, e, como tal, deve estabelecer políticas públicas que protejam os interesses religiosos particulares dos seus cidadãos. Pode-se declarar, a partir de todos os pressupostos apresentados neste trabalho, a relevância cultural das matrizes africanas na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Ana Carolina Costa dos; CASSIANO, Thiago Francysco Rodrigues. CULTURA E RELIGIOSIDADE AFRO-BRASILEIRA: A EXCLUSÃO DO IDENTITÁRIO NEGRO NO EVENTO “PALMAS - CAPITAL DA FÉ”. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S.l.], v. 10, n. Ed. Especi, p. 295-312, jun. 2018. ISSN 2177-2770. Disponível em: <<http://www.abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/439>>. Acessado em: 2 setembro de 2018.

ANDRADE, Maristela Oliveira de. A religiosidade brasileira: o pluralismo religioso, a diversidade de crenças e o processo sincrético. *CAOS – Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, n. 14, 2009, p. 106 – 118. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/caos/n14/6A%20religiosidade%20brasileira.pdf>>. Acessado em: 3 de junho de 2018.

ARIAS, Juan. A quem interessa a onda de intolerância religiosa que sacode o Brasil? *El País*, 15 nov. 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/14/opinion/1510697413_063183.html> Acessado em 4 junho de 2018.

AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira. Introdução ao estudo da cultura no Brasil*. 2ª Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv80744.pdf>>. Acessado em: 28/03/2018.

BERTH, Joice. Intolerância religiosa: A livre expressão do racismo brasileiro. *Justificando*, 18 de setembro de 2017. Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2017/09/18/intolerancia-religiosa-livre-expressao-do-racismo-brasileiro/>> Acessado em: 5 junho de 2018.

CARDOSO, Rodrigo. O novo retrato da fé no Brasil. *Revista Istoé*, ed. nº 2528 31/05. 21 de janeiro de 2016. Disponível em: <https://istoe.com.br/152980_O+NOVO+RETRATO+DA+FE+NO+BRASIL/> Acessado em: 3 junho de 2018.

GAARDER, Jostein; HELLERN, Victor; NOTAKER, Henry. *O livro das religiões*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

JORNAL DO BRASIL. Por que aumentam os casos de intolerância religiosa no Brasil? 08 de dezembro de 2017. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/pais/noticias/2017/12/08/por-que-aumentam-os-casos-de-intolerancia-religiosa-no-brasil/>> Acessado em: 4 de junho de 2018.



NASCIMENTO, Alessandra Amaral Soares. Candomblé e Umbanda: Práticas religiosas da identidade negra no Brasil. *RBSE*, v. 9, nº 27, 2010. p. 923-944. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/grem/AlessandraArt.pdf> Acessado em: 28 de março de 2018.

ORTIZ, Renato. A morte branca do feiticeiro negro. In 28ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para Progresso da Ciência. *Cadernos de Estudos Rurais e Urbanos*, nº 9, 1976. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cerusp/article/viewFile/83170/86205> Acessado em: 28 de março de 2018.

_____. *Cultura Brasileira & Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 5ª Ed., 9ª reimpressão 2006.

RESK, Felipe; TOMAZELA, José Maria; COTRIM, Jonathas. Brasil registra uma denúncia de intolerância a cada 15 horas. *Estadão*, [online] 12 de novembro de 2017. Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-registra-uma-denuncia-de-intolerancia-religiosa-a-cada-15-horas,70002081286> Acessado em: 4 junho de 2018.

ROCHA, Camilo. Como a intolerância religiosa tem se manifestado no Brasil. *Nexo*, 11 outubro de 2017. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/10/11/Como-a-intoler%C3%A2ncia-religiosa-tem-se-manifestado-no-Brasil> Acessado em: 5 junho de 2018.

SOUZA, Rodrigo Franklin de. Religiosidade no Brasil. *Estudos Avançados*, v. 27, n. 79, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v27n79/v27n79a22.pdf> Acessado em: 4 junho de 2018.

Recebido em março de 2019
Aprovado em junho de 2019